



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)

Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM)

Professor Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Daniela Peres Cardozo

ANÁLISE FINANCEIRA DA SABESP 2013 A 2023

Brasília, DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa

Coordenador do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais

Daniela Peres Cardozo

ANÁLISE FINANCEIRA DA SABESP 2013 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais .

Orientadora:

Profa. Ma. Alinie Rocha Mendes

Brasília, DF

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pa Peres, Daniela
ANÁLISE FINANCEIRA DA SABESP 2013 A 2023 / Daniela
Peres, Cardozo ; orientador ALINE ROCHA MENDES. -- Brasília,
. p.

Monografia (Especialização - ESPECIALIZAÇÃO EM
CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS) --
Universidade de Brasília, .

1. REGULAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO. 2. RECEITA
OPERACIONAL. 3. FLUXO DE CAIXA. 4. SETOR DE SANEAMENTO. I. ,
Cardozo. II. ROCHA MENDES, ALINE, orient. III. Título.

Daniela Peres Cardozo

ANÁLISE FINANCEIRA DA SABESP 2013 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso especialização apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da Especialização....., aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Profa. Ma. Alinie Rocha Mendes

Orientadora

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade Brasília (UnB)

Prof. Alinie Rocha Mendes
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, (2024)

RESUMO

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) é uma das principais empresas de saneamento do Brasil. Ao longo dos anos, a companhia passou por transformações em suas práticas contábeis e em seu modelo de negócios, com a concessão de serviços a terceiros. Essas mudanças podem ter impactado na situação financeira da SABESP, afetando a receita operacional, fluxo de caixa, lucratividade, endividamento e investimentos. **Objetivos:** analisar a situação contábil-financeira da SABESP, explanando os motivos para privatização, os desafios contábeis bem como suas mudanças. **Método:** O estudo baseou-se na análise de dados e na revisão de literatura, os dados foram obtidos no portal da transparência e na central de resultados da Companhia, o período analisado foi de 2013 a 2023. **Considerações finais:** A SABESP enfrenta desafios contábil-financeiros, mas tem adotado diversas estratégias e mudanças para melhorar sua eficiência e sustentabilidade, sem a necessidade de privatização.

Palavras-Chave: Regulação do setor de saneamento; setor de saneamento

ABSTRACT

The São Paulo Basic Sanitation Company (SABESP) is one of the leading sanitation companies in Brazil. Over the years, the company has undergone transformations in its accounting practices and business model, with the outsourcing of services to third parties. These changes may have impacted SABESP's financial situation, affecting operational revenue, cash flow, profitability, indebtedness, and investments. Objectives: to analyze SABESP's accounting and financial situation, explaining the reasons for privatization, the accounting challenges, as well as its changes. Method: The study was based on data analysis and literature review, with data obtained from the Transparency Portal and the Company's results center, covering the period from 2013 to 2023. Final considerations: SABESP faces accounting and financial challenges, but has adopted various strategies and changes to improve its efficiency and sustainability, without the need for privatization

Keywords: Sanitation sector regulation; Sanitation sector.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|----|
| 1.INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2.SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL..... | 10 |
| 3 ESTUDOS RELACIONADOS | 12 |
| 4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 16 |
| 5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS | 17 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 22 |
| 7.REFERÊNCIAS | 23 |

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a privatização de empresas estatais tem sido frequente ao longo das últimas décadas, sendo alvo de debates tanto no cenário político quanto acadêmico. No campo da contabilidade, a privatização dessas empresas apresenta um desafio importante, pois implica na transição de um modelo contábil fundamentado em princípios do setor público para um modelo voltado ao setor privado. Enquanto no campo político esse desafio depende da empresa que será privatizada, bem como, do período socioeconômico que se dará a privatização e o produto privatizado. No presente trabalho far-se-á uma análise contábil financeira na SABESP, elencando sua situação na última década.

A SABESP é uma empresa pública que desempenha papel crucial no fornecimento de serviços de água potável e saneamento para milhões de pessoas em todo o estado de São Paulo, abrangendo mais de 360 municípios paulistas (SABESP, 2024). A Companhia desempenha um papel fundamental na garantia da saúde pública, bem como no desenvolvimento econômico e social da região. Ao longo de sua história, a SABESP enfrentou desafios significativos, tais como a necessidade de ampliar e modernizar suas infraestruturas para acompanhar o crescimento populacional e atender às crescentes demandas por serviços de água e saneamento.

Ademais, aspectos como a eficiência operacional, a sustentabilidade financeira e a gestão de riscos têm sido áreas de enfoque para a empresa. A Política de Preços e Tarifas (PPT) da SABESP desempenha um papel crucial na gestão financeira da empresa e em sua capacidade de cumprir suas obrigações, preservar a qualidade dos serviços e realizar os investimentos necessários em infraestrutura. Ratificando um dos grandes desafios de empresas desse segmento que é equilibrar as necessidades de investimento em infraestrutura com a capacidade de pagamento dos usuários, garantindo que as tarifas permaneçam acessíveis para a população, especialmente para os segmentos de baixa renda. Isso muitas vezes requer um delicado equilíbrio entre a necessidade de receitas para financiar investimentos e a preocupação com a equidade e a justiça social, envolvendo confrontos ideológicos, contábeis e principalmente financeiro.

Nesse contexto, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem como uma ferramenta estratégica para a SABESP, principalmente nos últimos anos após a aprovação da lei nº 17.853/2023. Dos Santos *et. al.* (2024), salienta a importância e crescente debate de alternativas de financiamento do setor de saneamento. Dessa forma, a relevância das PPPs para a SABESP reside não apenas na capacidade de acelerar investimentos, mas também na transferência de riscos e responsabilidades. Com o envolvimento do setor privado, a empresa pode compartilhar o ônus financeiro e operacional de projetos de longo prazo, reduzindo sua exposição a potenciais desafios e incertezas.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução financeira da SABESP no período de 2013 a 2023, visto que a Companhia é a maior do estado de São Paulo. Para tanto far-se-á uma análise da evolução da receita, dívida, lucros da empresa, verificando se houve mudanças contábeis e as principais alterações ocorridas no período. A pesquisa se justifica pelo crescente debate acerca da privatização da Companhia e situação da situação financeira dela.

Além desta Introdução e das considerações finais, o estudo está organizado em mais três tópicos. O próximo descreve os estudos correlacionados à SABESP nos últimos anos. Em seguida, é apresentado o procedimento metodológico. No terceiro traz a descrição e análise de dados, e na sequência, as considerações finais.

2. SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

O setor de saneamento básico é uma área de infraestrutura econômica e social que envolve benefícios significativos, ou seja, benefícios econômicos que não são diretamente refletidos nas receitas dos provedores de serviços (Silva, 2022).

Um exemplo clássico disso é a coleta e o tratamento de esgoto, que proporcionam benefícios coletivos para a sociedade, embora o pagamento pelos serviços seja feito de forma individualizada (Cicogna *et al.*, 2022). O abastecimento de água também é um serviço essencial, com benefícios percebidos de forma mais direta pelos indivíduos, facilitando assim sua cobrança e a expansão de sua rede (Ferreira; de Araújo Dantas, 2021).

Os serviços de saneamento representam um monopólio natural devido à escala das redes de captação e distribuição (Galvão Júnior, 2009). Essa exclusividade na prestação dos serviços de água e esgoto é essencial para garantir sua viabilidade econômica. Por se tratar de um serviço essencial, a demanda por água é inelástica, ou seja, menos sujeita a mudanças nas preferências dos consumidores (Costa, 2023). Além disso, as receitas do setor são pulverizadas, uma vez que a cobrança é feita de forma individualizada em cada domicílio (Leoneti; Prado; Oliveira, 2021).

No Brasil, os municípios geralmente têm responsabilidade direta pela prestação dos serviços de água e esgoto em suas áreas de jurisdição, mas sua execução pode ocorrer por diferentes maneiras e sob responsabilidade pelo exclusivamente municipal ou partilhada entre os distintos níveis governamentais. Quando há interesse exclusivamente local, a competência recai unicamente sobre o município (Assunção Júnior, 2014). No entanto, quando existe um

interesse comum, é amplamente aceito que a responsabilidade seja compartilhada entre os municípios e o estado, por meio de uma estrutura de governança Inter federativa. É importante ressaltar que, em muitos casos, essa instância de gestão compartilhada ainda não foi estabelecida, conforme discutido por Galiani et al. (2005).

No decorrer das décadas, houve diversas mudanças e discussões para o setor. Diante do cenário interno e externo, em 1995, aprovou-se a Lei de Concessões de Serviços Públicos, Lei nº 8.987, conforme pontua Scriptori; Toneto; Júnior (2012), essa lei é responsável por montar o arcabouço jurídico que impulsionou o investimento privado no setor. Entretanto, a presença do setor privado no saneamento também gerou debates e controvérsias. Um dos pontos de discussão é a regulação dos serviços (Pimentel et al., 2022). É necessário estabelecer mecanismos regulatórios eficazes para garantir que as empresas privadas cumpram suas obrigações contratuais e forneçam serviços de qualidade aos usuários. A regulação também precisa equilibrar o interesse das empresas em obter lucro com o objetivo de fornecer serviços acessíveis e de qualidade para todos (Silva, 2017). Nesse aspecto, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Ministério do Desenvolvimento Regional têm influência quanto as questões relacionadas à água e ao saneamento em todo o país.

Outra questão importante é o acesso universal à água e ao esgotamento sanitário. Historicamente, o setor público desempenhou um papel central na busca por esse objetivo, especialmente nas áreas mais carentes e de difícil acesso (Ferreira; de Araújo Dantas, 2021). A entrada do setor privado levantou preocupações sobre a possibilidade de exclusão de comunidades de baixa renda e áreas rurais, onde a rentabilidade dos investimentos pode ser menor (Costa, 2023). É fundamental garantir que o acesso aos serviços de saneamento básico seja ampliado e que nenhum grupo populacional seja abandonado (Pimentel et al., 2022).

A SABESP, uma das principais empresas de saneamento público da América Latina, desempenhava um papel central nesse dilema, sendo responsável pelo atendimento do estado mais populoso do Brasil, atendendo aproximadamente 360 municípios (Giuseppin; Moterani, 2023).

No caso específico da Sabesp, a empresa tem sido alvo de discussões sobre a possibilidade de privatização ou de estabelecimento de parcerias com o setor privado. Essas discussões geralmente envolvem considerações sobre a capacidade da empresa de investir em expansão e melhorias nos serviços, bem como sobre os impactos socioeconômicos e ambientais de qualquer mudança na estrutura de propriedade da empresa (Levy, 2021).

É importante ressaltar que as políticas e as abordagens em relação ao saneamento básico podem variar ao longo do tempo e entre diferentes governos e administrações. O debate sobre

a participação do setor privado no setor de saneamento continua em andamento no Brasil, com diferentes perspectivas e interesses envolvidos (Giuseppin; Moterani, 2023).

3 ESTUDOS RELACIONADOS

Diante das mudanças no setor de saneamento principalmente sobre a forma de financiamento, sobre a qualidade do serviço prestado, da acessibilidade aos serviços aumentou-se as discussões sobre as privatizações, principalmente na SABESP, que atua como uma das principais Companhia do setor, conforme elucidado no Quadro 1, o qual apresenta estudo nos últimos dez anos com essa temática.

Quadro 1. Estudos referenciais

| Autor/Ano | Título | Objetivos | Principais achados |
|-----------------------------------|--|--|---|
| Assunção Júnior, (2014) | Financiamento do saneamento básico: uma análise dos custos dos empréstimos e das entidades financiadoras. 2014 | Identificar as instituições que mais financiaram o setor de saneamento básico no Brasil e medir o custo dos empréstimos por elas exigidos | Os resultados do trabalho revelaram a CEF, Governo e BID como as instituições que mais emprestaram dinheiro as empresas de saneamento básico. Outra constatação importante foi que a maior parte dos recursos oriundos do exterior destinou-se a uma única empresa. A SABESP (maior empresa do setor) absorveu, em média, 79% dos empréstimos estrangeiros. |
| Fantin (2015) | Governança da água e a atuação da SABESP na crise hídrica de São Paulo em 2013 a 2015 | Estudar o atual modelo de governança da água, principalmente na região metropolitana de São Paulo. | Com a descentralização administrativa através da prestação do serviço, em sua grande parte da RMSP, pela SABESP, houve a preensão de maior eficiência e proximidade da execução do serviço necessário. |
| Lopes (2016) | O impacto da crise hídrica no valor de mercado de uma empresa. Estudo de caso: SABESP | Determinar o valor justo (“fair value”) da SABESP e consequentemente analisar como a crise hídrica paulista do biênio 2014-2015 impactou a sua saúde financeira. | Identificou que a sua saúde financeira foi debilitada, principalmente devido à queda do volume faturado total e a renúncia de receita oriunda dos programas de bonificação e contingenciamento propostos pela companhia, ademais, o reajuste tarifário em 2015 não foi suficiente para manter as receitas no mesmo nível de anos anteriores. Além disso, foi possível verificar que os a desvalorização cambial do real perante o dólar também contribuiu para piorar a já complicada situação da SABESP. |
| Borges; Ferrara, (2017). | A financeirização como processo político e socioeconômico na reorganização da produção dos serviços públicos da SABESP | Analisar como o processo de financeirização adotado pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) implicou em mudanças na sua organização Econômico-financeira e se isso gerou alterações na expansão e qualidade da produção 1 do serviço de Infraestrutura de saneamento ambiental, em São Paulo, entre 2000 e 2015. | Com a abertura financeira da Companhia, verificou-se alguma diversificação das origens de crédito para investimento: i) com o progressivo aumento do lucro próprio acumulado no período; ii) de programas, fundos e instituições financeiras públicas nacionais e internacionais que disponibilizaram Recursos dirigidos a serviços de saneamento ambiental (fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto); e, iii) o mercado financeiro composto de inúmeros ativos disponíveis à empresa como meio de investimento, proteção e especulação |
| José; De Moraes; Hollnagel (2018) | Políticas Públicas de Saneamento Básico no Estado de São Paulo | Investiga o papel da regulação para a eficácia dos serviços públicos de saneamento na cidade de São Paulo | Conclui-se que a presença de agências reguladoras é indispensável para a garantia desses serviços em São Paulo, frente aos desafios atuais, principalmente para o efetivo controle social. |

| | | | |
|------------------------------|--|---|--|
| Margulies, (2018) | Desempenho das empresas de saneamento básico brasileiras: uma análise dos setores público e privado | Analisar se o fato de a empresa ser pública ou privada impacta na qualidade da provisão de serviços, na eficiência operacional e na conjuntura financeira | Constatou que empresas públicas e privadas conseguem atuar com qualidade equivalente quando há força regulatória. |
| Lebelein, (2019) | Saneamento no Brasil: uma análise da regulação tarifária | Verificar a existência de diferenças entre estes dois grupos de prestadores do ponto de vista econômico e na forma de regulação que cada grupo requer. Por meio de uma análise dos modelos de regulação econômica e das empresas de saneamento do Brasil | Os resultados demonstraram que os indicadores possuem certa convergência, e, portanto, são bons parâmetros de análise de eficiência, mas seus resultados podem ser de conclusão prematura, pois a base de dados proveniente do SNIS apresenta variações que podem comprometer a precisão dos resultados. De fato, parece existir concessionárias que precisam melhorar sua gestão, principalmente as estaduais, mas ainda não parece haver espaço para determinar qual o modelo de empresas apresenta superioridade. |
| Viana, (2020) | Impactos da abertura de capital de empresas estatais na prestação de serviços públicos de saneamento básico: um estudo de caso da SABESP | Investiga a existência de eventuais impactos positivos da abertura de capital das cesbs na prestação dos serviços, com ênfase no caso da SABESP– SABESP. Além da SABESP, a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA também contam com participação minoritária privada em seu capital social e ações negociadas em Bolsa. | Os resultados demonstram que as empresas estatais abertas apresentaram desempenho superior às fechadas no período avaliado e corroboram o argumento de que a abertura de capital contribuiu para a expansão e melhoria dos serviços. As evidências São ainda mais fortes para SABESP e SANEPAR, que figuraram entre as três melhores posições na maioria dos indicadores examinados. |
| Da Silva; Fracalanza, (2023) | Pública ou privada? A SABESP em uma encruzilhada | Analisa como processos de privatização que não se resumem à apropriação total das empresas públicas de saneamento por parte do setor privado estão cada vez mais presentes no Brasil. | Os resultados da análise apontam que a referida empresa não cumpriu satisfatoriamente o papel de garantir o direito humano à água nas áreas periféricas da RMSP durante a crise hídrica, verificando-se que há um desvio da função na motivação do funcionamento destas empresas, isto é, servir ao público com a oferta de serviços relacionados a saneamento básico, inclusive para as populações socioambientalmente vulneráveis. |

Fonte: Elaboração própria

Legenda: CEF: Caixa Econômica Federal; BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento; RMSP: Região Metropolitana de São Paulo

Ao longo dos estudos realizados desde 2014 até o presente, tem sido observado um interesse crescente na forma de financiamento, na abertura de capital e na privatização no setor de saneamento básico. De acordo com Assunção Júnior (2014), durante o período de 2009 a 2012, a Caixa Econômica Federal (CEF), o governo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram os principais financiadores do saneamento básico. No entanto, constatou-se que a Sabesp foi a principal beneficiária do capital estrangeiro nesse período. Da mesma forma, Viana (2020) corroborou com esses estudos anteriores ao verificar que as empresas estatais que abriram seu capital se beneficiaram mais do que as outras com essa medida.

Especificamente na área contábil, nota-se algumas diferenças entre a atuação pública e privada, principalmente no que tange as fontes de financiamento e objetivos, mas também pela ênfase na transparência dos dados e pelo modo de interpretação das informações contábeis.

No setor público, a transparência dos dados é crucial devido à natureza dos recursos utilizados, que são geralmente provenientes dos contribuintes. Ademais, a regra de ouro do setor público é fazer tudo o que está escrito na lei, enquanto no setor privado, não se pode fazer o que é proibido. Outros pontos importantes diferenciam a forma de arrecadação, o cálculo para tarifa e a divulgação dos resultados e saúde financeira do setor.

Por exemplo, para garantir essa transparência, as entidades do setor público seguem normas contábeis específicas, como as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), que enfatizam a divulgação completa e clara das informações financeiras. Isso inclui a publicação de relatórios anuais, orçamentos e demonstrações financeiras que são acessíveis ao público em geral. Enquanto no setor privado, a interpretação dos dados contábeis está fortemente ligada à avaliação do desempenho financeiro e à maximização do retorno sobre o investimento. Os investidores e analistas financeiros frequentemente usam indicadores como lucro líquido, margem de lucro e retorno sobre o patrimônio líquido para avaliar a saúde financeira e o potencial de crescimento de uma empresa. Em síntese, a finalidade dos dados contábeis é divergente e tem finalidade opostas.

Outro ponto de suma importância são as normas contábeis, o setor público geralmente segue normas contábeis específicas, como as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), enquanto o setor privado segue normas como os *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Durante a transição, é essencial entender e aplicar corretamente as normas contábeis relevantes para o novo ambiente. Já uma das principais divergências e como observado tema de pesquisa para vários estudiosos é o financiamento.

O tratamento contábil de ativos e passivos pode variar entre o setor público e o setor privado. Por exemplo, no setor público, os ativos podem ser avaliados com base no seu valor econômico, enquanto no setor privado, o valor justo de mercado pode ser mais relevante. Durante a transição, é importante revisar e ajustar as políticas de contabilidade relacionadas à avaliação e mensuração de ativos e passivos para garantir conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao novo ambiente.

A estrutura organizacional e os controles internos podem ser diferentes entre o setor público e o setor privado. Durante a transição, é importante revisar e ajustar os processos e controles internos para garantir a conformidade com as melhores práticas do setor privado, incluindo a segregação de funções, a revisão independente e a gestão de riscos.

Em resumo, a transição contábil do setor público para o setor privado envolve uma série de considerações importantes, desde a conformidade com normas contábeis específicas até a revisão de processos internos e controles. Uma abordagem cuidadosa e planejada é essencial para garantir uma transição suave e bem-sucedida.

4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo está baseado na análise de dados e na revisão de estudos correlacionados. Essas etapas são cruciais e complementares para a pesquisa. Conforme ressalta Creswell (2014), a análise de dados é um processo sistemático de inspeção, limpeza, transformação e modelagem de dados com o objetivo de descobrir informações úteis, apoiar a tomada de decisões e gerar conclusões, possibilitando assim, a identificação de padrões, tendências e relações nos conjuntos de dados coletados, possibilitando a geração de novos conhecimentos e a resposta a questões de pesquisa específicas.

Por sua vez, a revisão de estudos desempenha um papel essencial na contextualização e fundamentação teórica da pesquisa. Conforme destaca Machado (2018), a revisão de estudos é uma etapa crucial do processo de pesquisa, envolvendo a busca, seleção, análise e síntese de estudos relevantes sobre o tema em questão, evidenciando as lacunas e importância da pesquisa, além de e fornece uma base teórica sólida para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao realizar uma revisão de literatura, é importante adotar uma abordagem sistemática e crítica. Segundo Green et al. (2018), a revisão de literatura deve ser bem conduzida,

envolvendo uma busca abrangente por estudos relevantes, uma avaliação cuidadosa da qualidade metodológica dos estudos incluídos e uma síntese coerente dos resultados.

Assim, o presente estudo baseará tanto na análise de dados quanto a revisão de literatura, oferecendo suporte empírico e teórico para os resultados obtidos, combinando uma análise cuidadosa dos dados coletados com uma revisão crítica da literatura existente. Conforme salienta Raupp; Beuren (2006), a pesquisa descritiva em contabilidade é de suma importância para esclarecer determinadas características ou fatos.

Dessa forma, far-se-á uma busca de pesquisas correlacionadas com a análise de situação econômica da SABESP, suas formas de financiamentos e outros aspectos análogos objetivando compreender sua conjuntura de 2013 a 2023. Além da base teórica, a pesquisa focará nos resultados publicados pela Companhia, disponibilizados pela Central de resultados da SABESP e pelo portal da transparência.

Os dados em análise compreenderão os anos de 2013 a 2023, sendo coletados pelos pesquisadores no período que compreende os meses de janeiro de 2024 a junho de 2024. A busca dos estudos referenciais ocorreu nas bases de dados Scielo, ProQuest, Scopus e google acadêmico com a finalidade de analisar e compreender a atual situação contábil financeira da Sabesp.

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A SABESP tem uma história que se entrelaça com o desenvolvimento do estado de São Paulo. Fundada em 1973, a SABESP foi criada com a missão de prover serviços de água e saneamento básico para a população paulista. Desde então, tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento econômico da região.

Ao longo dos anos, a SABESP enfrentou desafios significativos, como a necessidade de expandir e modernizar suas infraestruturas para atender ao crescimento populacional e às demandas crescentes por serviços de água e saneamento. Além disso, a empresa tem se destacado pela sua atuação em momentos de crise, como durante períodos de escassez de água, demonstrando sua capacidade de gestão e resiliência diante de desafios complexos.

Conforme dados divulgados pela empresa (SABESP, 2024), com base em junho de 2023, a companhia conta com 1.232 poços, 2.720 reservatórios, além de 598 estações de tratamento de esgotos, atuando em mais de 300 municípios. Considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em termos de população atendida, a SABESP abastece cerca de 28,7

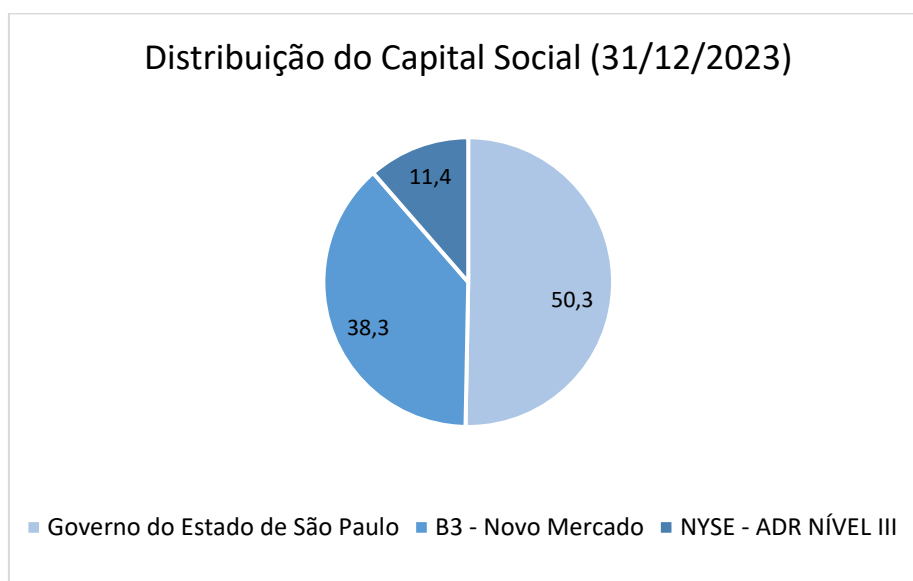
milhões de pessoas com água e oferece serviço de coleta de esgotos para aproximadamente 25,5 milhões de habitantes.

Além disso, tem sido pioneira em iniciativas de sustentabilidade e preservação ambiental, investindo em tecnologias e práticas que visam reduzir o impacto ambiental de suas operações e garantir o acesso sustentável à água para as gerações futuras.

Como uma das maiores empresas de saneamento do mundo, a SABESP desempenha um papel crucial na promoção da saúde pública, na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento socioeconômico da região. Sua importância vai além das fronteiras do estado de São Paulo, servindo como exemplo de boas práticas e eficiência na gestão de recursos hídricos para todo o Brasil e mundo.

No campo contábil financeiro, a SABESP é pioneira em diversos fatores. A companhia foi a primeira empresa estatal a entrar na Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), em 2002, e a ser listada em Nova Iorque. A companhia é responsável por aproximadamente 30% dos investimentos em saneamento básico realizados no país. Desde 1994, a companhia passou a ser uma empresa de economia mista de capital aberto, com o Estado sendo seu único acionista. Em 2023, conforme relatório divulgado na central de resultados do Relacionamento com investidor, a composição do capital da Companhia era de 50,3% do capital social detida pelo Governo do Estado de São Paulo, 38,3% por ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e 11,4% pela NYSE – ADR Nível III, exemplificado na Figurada 2.

Figura 2: Distribuição do Capital social – Sabesp (2023)



Fonte: R.I. Sabesp. Disponível em: <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

Dado sua composição de capital social, a companhia está sujeita aos controles dos órgãos reguladores ambientais e setoriais, bem como ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Além das regras e regulamentação do mercado financeiro e do mercado de Nova York.

Conforme exemplifica Vianna (2020), nos últimos 20 anos, iniciada no fim da década de 90, a SABESP passou por importantes mudanças, como alternativa à privatização, foi implementada estruturais para melhorar sua eficiência, incluindo descentralização da gestão, redução de perdas de faturamento e aprimoramento da política de pessoal.

As mudanças na composição do capital social provocaram indiretamente ajustes na abordagem financeira da Companhia. Conforme exposto na Central de Resultados da Sabesp (2024), adotou-se gradualmente os novos padrões contábeis internacionais (IFRS) ao longo dos anos, com um marco significativo em 2010, quando as empresas de capital aberto passaram a preparar suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS, conforme exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde então, a Sabesp tem continuamente atualizado suas práticas contábeis para estar em conformidade com as mudanças e atualizações dos padrões IFRS.

Além disso, a partir de 2013, a Sabesp iniciou a implantação do sistema ERP SAP ECC, visando integrar e otimizar suas operações financeiras e de suprimentos. Já em 2017, a companhia fortaleceu suas políticas de gestão de riscos e conformidade, incluindo a criação de comissões específicas para a gestão de riscos corporativos e ética, adotando uma política rigorosa de controle interno e auditoria.

Com a promulgação da Lei Federal nº 11.445/2007, também conhecida como Lei do Saneamento Básico, que permite que empresas públicas de saneamento, como a Sabesp, participem de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para a prestação de serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, o número de concessões aumentou significativamente. Dentre os principais acordos, no período analisado, estão:

- Concessão de água e esgoto em Guarulhos (2019).
- Parceria público-privada para serviços de esgoto no litoral paulista (2017).
- Parceria público-privada em São Lourenço (2014) com a finalidade da construção do Sistema Produtor de Água São Lourenço.
- Concessão com Olímpia (2023), sendo a última conquistada pela empresa.

Cabe salientar conforme Dos Santos *et. al.* (2024), a diferença entre concessão e privatização. Enquanto a primeira, segundo a Lei nº 8.987/1995 (Lei de licitações e Contratos Administrativos) é delegada de sua prestação feita pelo poder concedente, mediante licitação a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstrem capacidade para desempenho por sua conta e risco e por prazo determinado. Já a privatização, de acordo com a Lei nº 9.491/1997 trata-se da transferência, para iniciativa privada, da execução de serviços públicos, bem como daqueles de sua responsabilidade, ou seja, significa a alienação a prestação do serviço à iniciativa privada.

Dos Santos *et. al.* (2024), aponta que diante do cenário de financeirização do setor, a emissão de debêntures incentivadas tem se consolidado nos últimos anos como alternativa à captação de recursos.

Se por um lado, as concessões e parcerias público-privada possibilitam o aumento da receita através da expansão da base de clientes, por outro lado, exigem que a empresa realize investimentos substanciais em infraestrutura, obrigando a companhia a desenvolver mecanismos de financiamento e empréstimos.

Por exemplo, em meados de 2020, a Companhia contava com empréstimos e financiamentos de diversos órgãos internacionais, tais como o BID Invest no projeto de recuperação da qualidade da água na Bacia do Rio Pinheiros e no Programa de Energia Fotovoltaica, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos Projetos de Despoluição do Rio Tietê (etapas de 2ª a 4ª), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) nos programas de Recuperação Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais e Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na RMSP, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na execução de obras de Esgotamento Sanitário na RMSP, o Financiamento da contrapartida da SABESP no Projeto Tietê (3ª Etapa), financiado pelo BID, o PAC – Aumento da Adução e Reservação – Zona Oeste de São Paulo – Santana de Parnaíba e o PAC – Obras e serviços para melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, a Japan International Cooperation Agency (JICA) nos programas de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista (Programa Onda Limpa), Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área da Bacia de Mananciais da Represa Billings e Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética, além dos diversos programas de financiamento pela Caixa Econômica Federal e emissões de debêntures.

A figura 1 descreve os valores das finanças da SABESP, que contempla os valores de receita líquida, lucro líquido e dívida total da SABESP no período de 2013 a 2023.

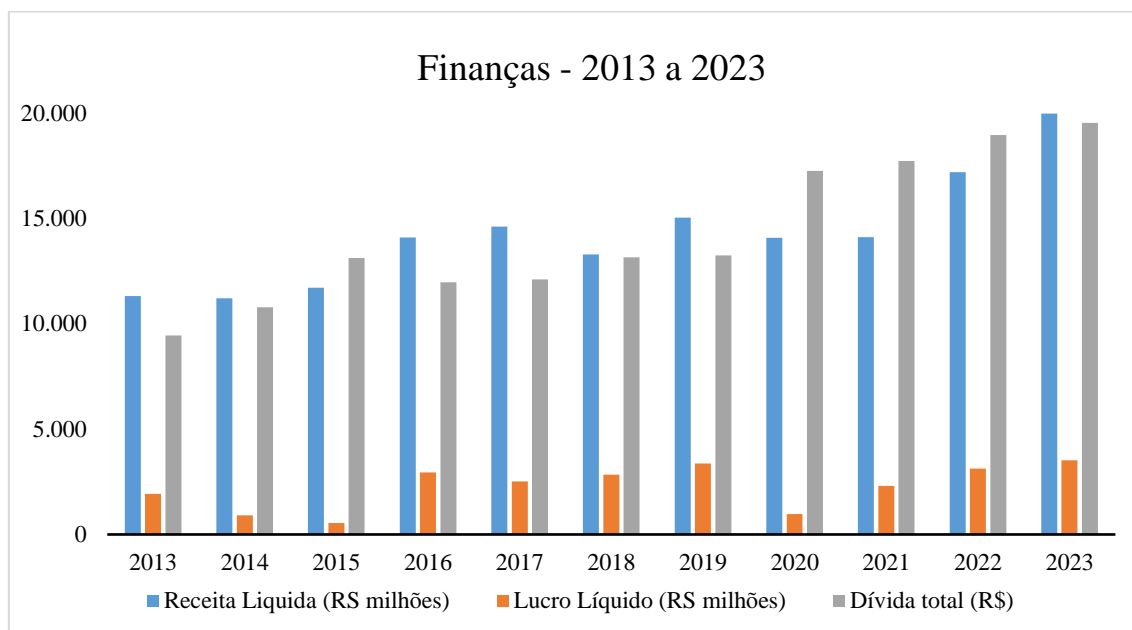


Figura 1: Tendências das finanças da SABESP nos períodos de 2013 a 2023

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados anuais. Disponível em: <https://ri.SABESP.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

Avaliando o panorama geral dos dados apresentados na figura 1, a análise detalhada indica que a SABESP apresenta um cenário financeiro incerto, com crescimento consistente da receita líquida e do lucro líquido, porém com um nível elevado de dívida total ao longo do período observado, principalmente após a crise hídrica de 2020.

A receita líquida da SABESP apresenta uma tendência de crescimento constante no período dos últimos 10 anos que foram analisados, com aumentos anuais significativos. Em 2013, a receita líquida era de aproximadamente R\$ 10,7 bilhões, evoluindo gradualmente até atingir cerca de R\$ 15,8 bilhões em 2022. Para 2023, a tendência de crescimento persiste, com uma receita líquida estimada em aproximadamente R\$ 17,8 bilhões, indicando expectativa de continuidade nessa trajetória de expansão.

Já o lucro líquido observa-se oscilação dado a constância do aumento da dívida. Em 2013, o lucro líquido era de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Houve variações ao longo do período, com uma queda em 2017 e 2018, seguida de uma recuperação. Em 2022, o lucro líquido atingiu cerca de R\$ 2,9 bilhões, e em 2023 chegou a aproximadamente R\$ 3,2 bilhões. Visando a desestatização da empresa, em meados de 2023, conforme o relatório anual foi lançado o Programa de Desligamento Incentivado (PDI).

Apesar desse desempenho positivo em termos de receita e lucro, a SABESP mantém um nível elevado de endividamento durante todo o período analisado. Em 2013, a dívida total era de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, evoluindo gradualmente até atingir cerca de R\$ 17,9 bilhões em 2022. Em 2023, a dívida total é estimada em aproximadamente R\$ 18,1 bilhões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos 20 anos, a SABESP, uma das maiores empresas de saneamento do mundo, passou por diversas mudanças estruturais para melhorar sua eficiência, incluindo descentralização da gestão, redução de perdas de faturamento e aprimoramento da política de pessoal. Entretanto, a crise hídrica de 2020 impactou significativamente a receita da companhia, levando a um aumento expressivo em sua dívida total.

A empresa é descrita como tendo implementado mudanças estruturais como alternativa à privatização. A SABESP é uma empresa de economia mista de capital aberto, com o Estado sendo seu único acionista desde 1994, o que sugere uma busca por maior eficiência e sustentabilidade dentro do modelo de empresa estatal.

A SABESP enfrenta desafios como a necessidade de expansão e modernização de sua infraestrutura para atender ao crescimento populacional e às demandas por serviços de água e saneamento. A crise hídrica de 2020 impactou significativamente sua receita, levando a um aumento expressivo em sua dívida total, o que representa um desafio contábil a ser gerenciado. No entanto, a empresa tem buscado diversas fontes de financiamento, como empréstimos e financiamentos de instituições nacionais e internacionais, para viabilizar seus projetos de infraestrutura e preservação ambiental.

Nos últimos 20 anos, a SABESP implementou importantes mudanças estruturais para melhorar sua eficiência, como descentralização da gestão, redução de perdas de faturamento e aprimoramento da política de pessoal. Essas mudanças foram adotadas como alternativa à privatização, demonstrando a busca da empresa por maior eficiência e sustentabilidade dentro do modelo de economia mista. Além disso, a SABESP tem se destacado por suas iniciativas de sustentabilidade e preservação ambiental, investindo em tecnologias e práticas que visam reduzir o impacto de suas operações.

Cabe ressaltar a importância da SABESP no setor de saneamento, motivando assim a presente pesquisa, além disso, a Companhia encontra-se num momento crucial, dado os

freqüentes debates acerca da sua privatização. Ratificando-se a necessidade de estudos críticos sobre o desenvolvimento econômico bem como as regularizações no setor. Deixando em aberto para futuras pesquisas a análise de financiamento do setor de saneamento, as participações pública e privada, o impacto do marco do saneamento na evolução do setor e principalmente, o acompanhamento econômico das empresas desse setor. Além de toda mudança contábil e financeira diante da regulação do saneamento.

7.REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO JÚNIOR, Josemar Joaquim de. Financiamento do saneamento básico: uma análise dos custos dos empréstimos e das entidades financiadoras. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BORGES, L. M. M.; FERRARA, L. N. A financeirização como processo político e socioeconômico na reorganização da produção dos serviços públicos da Sabesp.

CRESWELL, John W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4th ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Página inicial. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=5>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CICOGNA, M. P. V.; JUNIOR, R. T.; GREMAUD, A. P.; DE BRITES FIGUEIREDO, A. G. Financiamento do saneamento: linhas de crédito e perfil do endividamento das sociedades anônimas no Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 29, p. 295-334, 2022.

COSTA, N. R. Política Pública de Saneamento Básico no Brasil: ideias, instituições e desafios no Século XXI. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 2595-2600, 2023.

DA SILVA, F. J. R.; FRACALANZA, A. P. Pública ou privada?: a sabesp em uma encruzilhada. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 45, p. 68-84, 2023.

DE FARIA, Ricardo Coelho; DE FARIA, Simone Alves; MOREIRA, Tito Belchior S. A privatização no setor de saneamento tem melhorado a performance dos serviços? **Planejamento e políticas públicas**, n. 28, 2005. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4018/1/PPP_n28_Privatizacao.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

DOS SANTOS, G. R.; MENDES, A. T. Financiamento do saneamento básico no Brasil: a opção debêntures incentivadas. **Texto para Discussão No. 2965**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024.

FANTIN, A. A. Governança da água e a atuação da Sabesp na crise hídrica de São Paulo em 2013 a 2015 (Water governance and Sabesp's performance in the São Paulo water crisis in 2013–2015). 2015. Tese de Doutorado (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA, J. G.; GOMES, M. F. B.; DE ARAÚJO DANTAS, M. W. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 65449-65468, 2021.

GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 25, n. 6, p. 548-556, 2009.

GALIANI, S.; GERTLER, P.; SCHARGRODSKY, E. Water for life: The impact of the privatization of water services on child mortality. **Journal of political economy**, v. 113, n. 1, p. 83-120, 2005.

GONÇALVES, G. A. A territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação do capital privado na SABESP. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), São Paulo, 2017.

GIUSEPPIN, L. M.; LIMA, L. M. M.; MOTERANI, B. A. (in) observância das premissas estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico para a criação das unidades regionais e microrregiões de saneamento: análise da Lei Estadual nº 17.383/2021 de São Paulo. **Journal of Law and Regulation**, v. 9, n. 1, p. 19-34, 2023.

GREEN, Samantha; HIGGINS, Julian; ALDWORTH, Colin. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. 2nd ed. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, 2019.

JOSÉ, F.; DE MORAES, F. C. C.; HOLLNAGEL, H. C. Políticas públicas de saneamento básico no Estado de São Paulo. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas-RIDAP**, v. 3, n. 1, p. 104-121, 2018.

LEBELEIN, Carlos Werlang. Saneamento no Brasil: uma análise da regulação tarifária. 2019. Tese de Doutorado (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2019.

LEONETI, A. B.; PRADO, E. L. D.; OLIVEIRA, S. V. W. B. D. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de administração pública**, v. 45, p. 331-348, 2011.

LEVY, P. A. Caso Sabesp: como alavancar os investimentos no setor de saneamento básico no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

LOPES, Renato Mello Vianna. O impacto da crise hídrica no valor de mercado de uma empresa: estudo de caso: Sabesp. 2016.

MACHADO, José Aparecido. Metodologia da Pesquisa Científica: Procedimentos Didáticos, Projeto de Pesquisa, Seminários, Artigos, Teses e Dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARGULIES, Beatriz Nogueira. Desempenho das empresas de saneamento básico brasileiras: uma análise dos setores público e privado. 2018. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PIMENTEL, L. B.; MITERHOF, M. P. O financiamento dos serviços de água e esgoto: análise do passado recente (2016-2019) e desafios da diversificação de fontes para chegar à universalização. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 735-770, 2022.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: _____. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

SABESP. Relatório anual. São Paulo: Sabesp, 2023. Disponível em: <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SABESP. Central de Resultados da Sabesp. São Paulo: Sabesp, 2024. Disponível em: <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SILVA, J. R. Políticas Públicas para o Saneamento Básico Nacional: a problemática da universalização. **Revista Cadernos de Economia**, v. 21, n. 37, p. 87-109, 2017.

SCRIPTORE, Juliana Souza; TONETO JÚNIOR, Rudinei. A estrutura de provisão dos serviços de saneamento básico no Brasil: uma análise comparativa do desempenho dos provedores públicos e privados. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1479-1504, 2012.

VIANA, C. R. C. Impactos da abertura de capital de empresas estatais na prestação de serviços públicos de saneamento básico: um estudo de caso da SABESP. 2020. Tese de Doutorado.